

A CONSTRUÇÃO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA PARTICIPATIVA: ASPECTOS HISTÓRICOS E O CONSELHO ESCOLAR

Éden Ernesto da Silva Lemos

Introdução

O artigo em pauta tem como objetivo principal refletir sobre a importância da gestão democrática participativa do espaço público da Escola, através da tecnologia dos Conselhos Escolares. Sendo que o conceito de tecnologia aqui é compreendido como *Téchne*, ou seja, a *arte de fazer*, de fazer-se nas relações com os outros no mundo em que existimos.

Servirá como referência para o recorte temporal deste texto alguns aspectos históricos da sociedade brasileira que são considerados importantes para as reflexões que se busca empreender nos limites deste artigo.

A trajetória histórica da formação da sociedade brasileira tem propiciado vários momentos de vivências sociais importantes para a elaboração da mentalidade política do brasileiro. Na maioria esmagadora das etapas desta trajetória, a gestão democrática participativa não tem sido compreendida como um caminho viável para a construção e administração dos espaços públicos do país. Dentre estes vários momentos históricos, foi escolhido o período que vai da chamada *modernização autoritária*, denominação apresentada por Silva¹, até o período da chamada *redemocratização*. Este será o recorte temporal escolhido para os fins deste texto.

¹ SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. A modernização autoritária: do golpe militar à redemocratização 1964/1984. 9. ed. In: _____. *História geral do Brasil*.

O início deste período histórico escolhido foi decisivo na sedimentação de uma gestão da coisa pública hierarquizada, com baixa participação popular, com forte centralização das decisões nas instâncias mais graduadas do poder executivo, associada aos interesses dos grandes grupos empresariais nacionais ou estrangeiros. Conforme se pode identificar, o Estado brasileiro era:

[...] autoritário, dotado de grande capacidade superordenadora da sociedade civil; um sistema produtivo baseado na grande empresa privada, apoiada por uma importante rede de empresas de serviços públicos; e um ordenamento jurídico orientado no sentido da exclusão seletiva de qualquer influência dos intelectuais, da Igreja, e de grupos organizados de estudantes e trabalhadores, além das organizações de esquerda, ou seja, de quaisquer possibilidades efetivas de oposição. (FERREIRA JR., BITTAR, 2006, p. 1170).

As evidências são muito significativas de que este modelo ainda não foi superado até os dias de hoje. Ainda se percebe que esta herança autoritária e centralizadora permanece ativa, dificultando que uma concepção de gestão democrática participativa seja consolidada, com maior facilidade, no cotidiano das relações sociais no país. Mas não só como um fenômeno das estruturas do Estado, mas também, e principalmente, daquilo que nos estrutura o ser, na intimidade dos pensamentos, emoções.

Alguns Momentos Históricos na Superação de um Paradigma de Gestão Antidemocrática do Espaço Público.

Dentro deste contexto de autoritarismo de característica civil-militar, dois fenômenos sociais importantes podem

ser ressaltados para os objetivos que se propõem aqui. Está se reportando à movimentação organizada de alunos e professores que conseguiram resistir a este modelo de gestão e propuseram, em dois momentos distintos, a necessidade de existência de outro mais participativo. Eles colaboraram para a existência de uma mentalidade política brasileira democrática e participativa. Estes setores da sociedade civil do país se organizaram e promoveram um movimento de resistência a este modelo de gestão pública autoritária. Aliaram-se a eles os intelectuais da época, algumas alas progressistas da Igreja, além das organizações de esquerda, apresentadas acima por Ferreira Jr. e Bittar (2006).

Como está se falando de alunos e professores, dá para se compreender um pouco a força mobilizadora que estes segmentos da comunidade escolar apresentaram, àquela época, para a construção da democracia participativa no Brasil. A perspectiva aqui não é de promover uma reflexão anacrônica, historicamente falando, mas sim, identificar na memória da construção da mentalidade da Gestão Democrática Participativa na sociedade brasileira, que já se identifica um legado consistente de vivências. E mais, que não estamos começando um movimento com a Técnica dos Conselhos Escolares, mais dando apenas continuidade ao processo histórico-social desta mudança paradigmática.

O espaço público das Escolas, na contemporaneidade, já foi conquistado por uma legislação que defende o princípio da Gestão Democrática Participativa. Nos dias atuais precisamos dar continuidade a esta construção e os Conselhos Escolares são espaços valiosos para propiciar uma Educação Política que aprofunde esta ruptura com aquela mentalidade arcaica de gestão dos dias da ditadura civil-militar.

Um dos exemplos lembrados a partir desta memória de lutas, resistência a uma gestão antidemocrática, foi a organização dos alunos secundaristas do Rio de Janeiro que, para contrapor a este modelo vigente à época, produziu a *passeata dos 100 mil*.

Desde o golpe de 1964 que prisões e arbitrariedades eram as marcas da ação do governo civil-militar, especialmente no período do presidente Costa e Silva. A repressão policial atingiu o máximo no final de março de 1968, com a invasão do restaurante universitário “Calabouço.” Nesta invasão, o comandante do pelotão da Política Militar (PM) do Rio de Janeiro que foi responsável pela repressão do movimento, o aspirante Aloísio Raposo, assassinou o estudante secundarista Edson Luís de Lima Souto, de apenas 17 anos. Este momento de violência e desrespeito às expressões democráticas de cidadania no Brasil foi o estopim para que no início de junho deste mesmo ano, o movimento estudantil começasse a organizar um número cada vez maior de manifestações públicas, com o apoio de vários outros grupos da nossa sociedade.

No dia 26 de junho de 1968, portanto, numa manhã inesquecível que só o Rio de Janeiro, com suas belezas naturais poderia favorecer, um ato político de belíssima expressividade também iria se concretizar e deixar o seu legado na educação política do cidadão brasileiro. Nas ruas da Cinelândia, mais ou menos 100 mil pessoas iriam se aglomerar para exigir do poder público mais respeito aos direitos de expressão, de participação popular na condução dos interesses da coisa pública no Brasil. Com o slogan “*Abaixo a ditadura. O povo no poder*”, esta passeata contribuiu com o processo da mudança da mentalidade política que vem se realizando ao longo do tempo histórico da nossa sociedade. Esta mudança é lenta, mas vem sendo construída

paulatinamente, progressivamente, na longa duração do tempo histórico brasileiro.

Na continuidade deste período é que se identifica outro acontecimento deste momento de arbitrariedades do poder público no país. As instâncias responsáveis pela gestão da Educação Pública brasileira também usaram da mesma estratégia truculenta, repressora e impositiva, quando definiram mudanças neste setor de ações, tão importante para a formação do cidadão do país.

Foi ao longo deste processo histórico que se instituiu a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Neste momento, o governo centralizador de decisões estendeu, sem consulta aos profissionais da educação, a disciplina de Estudos Sociais para todas as séries do antigo 1º Grau, como afirma Andrade (1998). Medida essa que teve como um dos marcos a aprovação do Decreto-Lei Nº 547, de 18 de abril de 1969, que autorizava “a organização e o funcionamento de cursos profissionais superiores de curta duração.” (FONSECA, 1995, p. 26).

O marco do período definido acima será o ano de 1971. É nele que temos o agravamento das dificuldades no ensino de algumas disciplinas escolares que passaram a ser consideradas perigosas para o projeto político da ditadura que dominou o poder no Brasil. As mais afetadas foram história, geografia e filosofia, dentre outras. A exacerbação a que nos reportamos diz respeito especificamente à perda da autonomia destas disciplinas escolares, realidade que as prejudicaram extremamente. Tudo isso ocorreria no contexto deste regime civil-militar e dentro do processo em que o governo do general Médici complementaria “a configuração do projeto educacional que vinha sendo arquitetado desde 1964 e implantado mais detalhadamente desde 1968.” (FONSECA, 1995, p. 21). Medidas

estas que estavam inseridas no contexto mais amplo da chamada Política de Segurança Nacional.

Foram momentos que possibilitaram o surgimento de perseguições políticas severas, de uma desqualificação dos profissionais da educação do nosso país; *a proletarização do professor*. Mas, por outro caminho, essas condições difíceis propiciaram uma organização política destes professores, seja na constituição da Associação Nacional de História (ANPUH), criada em 1961, ou na Confederação dos Professores Primários do Brasil (CPPB), criada em 1962, e transformada em Confederação dos Professores do Brasil (CPB), no ano de 1971. Destaca-se ainda a integração da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), criada em 1934, nesta luta.

As políticas educacionais que emergiram destas mudanças impostas pelas autoridades educacionais que estavam no poder, contribuíram decisivamente para que a formação aliçada dos professores de história e geografia.

É importante pontuarmos, com mais detalhes, a atitude dos representantes do governo civil-militar, que ao criarem as Licenciaturas Curtas, promoveriam a perda da autonomia da história e geografia como disciplinas escolares e possibilitariam o crescimento das Instituições Privadas de Ensino Superior. Atos que iriam provocar a desvalorização da profissão de professor. A respeito desse aspecto, Fonseca afirma que

As licenciaturas curtas vêm acentuar ou mesmo institucionalizar a desvalorização e a conseqüente proletarização do profissional da educação. Isto acelera a crescente perda de autonomia do professor frente ao processo ensino/aprendizagem na medida em que a sua preparação para o exercício das atividades docentes é mínima ou quase nenhuma [...] Assim, as licenciaturas curtas

cumprem o papel de legitimar o controle técnico e as novas relações de dominação no interior das escolas. (FONSECA, 1995, p. 27).

É um momento em que o Modelo Hegemônico da Formação Docente a que Ramalho (2003) se refere, firmar-se no Brasil e fortalece profundamente o hiato existente entre as Universidades e as escolas de 1º e 2º grau, inviabilizando a apropriação, por parte desses professores, dos importantes e necessários avanços do conhecimento histórico e dos conhecimentos das ciências da educação. Vai também impossibilitar que os esforços de pesquisa das Universidades brasileiras se enriqueçam com os problemas e conhecimentos originários do espaço escolar.

Juntas, essas associações lutaram durante as décadas de 1970 e 1980 pela retomada da autonomia das disciplinas de história e geografia escolar. Esse esforço se tornaria um passo decisivo para a extinção da “disciplina” de Estudos Sociais do currículo da Educação Básica brasileira. Além desta contribuição imediata, o trabalho de resistência política e pedagógica possibilitaria, por conseguinte, o enfraquecimento da proposta da formação inicial universitária através das Licenciaturas Curtas, que começaria a perder a sua viabilidade como estratégia na formação inicial de professores para a Educação Básica no Brasil.

Estes movimentos organizados que nasceram do esforço e perseverança de alunos e professores mobilizados legaram a certeza de que é possível continuar promovendo esta mudança paulatina e contínua da mentalidade política do cidadão brasileiro. Mesmo em um momento histórico do Brasil, perigoso para quem reivindicava mudanças democratizantes, isto foi possível.

Para que a cada dia o modelo político centralizado, ainda hegemônico na sociedade brasileira, seja superado definitivamente, e que a Gestão Democrática Participativa se consolide em nós e entre todos que formam a nação brasileira, se faz necessário a continuidade deste esforço de mudança paradigmática. E neste sentido, a possibilidade, o caminho já conquistado dos Conselhos Escolares, se constitui numa realidade poderosa de continuidade desta luta que alunos e professores já nos ensinaram ser possível e viável nesta trajetória. Agora chegou a ora de integrar pais, funcionários, gestores e a comunidade do entorno da escola.

Neste sentido, é importante lembrar a afirmação de Freire:

Tudo o que a gente puder fazer no sentido de convocar os que vivem em torno da escola, e dentro da escola, no sentido de participarem, de tomarem um pouco o destino da escola na mão, também. Tudo o que a gente puder fazer nesse sentido é pouco ainda, considerando o trabalho imenso que se põe diante de nós que é o de assumir esse país democraticamente. (BRASIL, 2004a, p.9).

É nesta perspectiva que se faz necessário avançar nesta direção cada dia um pouco mais. Este trabalho imenso que se põe diante de nós é factível. Temos um legado em que seres humanos comprometeram a sua própria vida para nos legar a oportunidade da continuidade deste esforço político. O marco legal não garante a conquista, mas propicia a certeza de que se está na direção correta *de assumir esse país democraticamente*.

Os Conselhos Escolares na Continuidade da Construção de uma Gestão Democrática Participativa do Espaço Público

Os Conselhos Escolares se constituem num espaço privilegiado para a conquista definitiva de uma Gestão Democrática Participativa do espaço público, da coisa pública, em nossa sociedade. Contribui para esse processo uma formação continuada dos integrantes da comunidade escolar e local, com vistas a tomarem a escola democraticamente.

Como esta ação pode ser concretizada na práxis cotidiana das escolas? O Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares – PNFCE – criado pela Portaria Ministerial Nº 2.896 (BRASIL, 2004b) tem colaborado decisivamente neste esforço praxiológico de fazer que os seres humanos que integram as escolas deste país possam criar e consolidar esta Técnica.

Ela está sendo realizada quando o Conselho Escolar possibilita que na Escola se reúnam:

[...] diretores, professores, funcionários, estudantes, pais e outros representantes da comunidade para discutir, definir e acompanhar o desenvolvimento do projeto político-pedagógico da escola, que deve ser visto, debatido e analisado dentro do contexto nacional e internacional em que vivemos. (BRASIL, 2004a, p. 22).

Só esta realidade em definir o Projeto Político-pedagógico de uma escola com a participação de todos os segmentos da comunidade escolar e de integrantes da comunidade local, já aponta para uma força revolucionária da gestão participativa do espaço público. O Conselho Escolar poderá se tornar uma das estratégias mais poderosas de se educar a população do Brasil a *tomar este país democraticamente*.

Ora, os Conselhos Escolares são

órgãos colegiados compostos por representantes das comunidades escolar e local, que têm como atribuição deliberar sobre questões político-pedagógicas, administrativas, financeiras. (BRASIL, 2004a),

no espaço público da escola. Além disto, estão sob a responsabilidade dos Conselhos Escolares:

[...] analisar as ações a empreender e os meios a utilizar para o cumprimento das finalidades da escola. Eles representam as comunidades escolar e local, atuando em conjunto e definindo caminhos para tomar as deliberações que são de sua responsabilidade. Representam, assim, um lugar de participação e decisão, um espaço de discussão, negociação e encaminhamento das demandas educacionais, possibilitando a participação social e promovendo a gestão democrática. São, enfim, uma instância de discussão, acompanhamento e deliberação, na qual se busca incentivar uma cultura democrática, substituindo a cultura patrimonialista pela cultura participativa e cidadã. (BRASIL, 2004a, p. 34).

Logo, este *lugar de participação e decisão* precisa ser fortalecido por um esforço continuado de todos que já despertaram para o empoderamento político que ele pode propiciar aos que são educados no espaço escolar. É nesta direção que se deve perseverar. Mesmo não sendo o único caminho possível e viável, a constituição e fortalecimento dos Conselhos Escolares é um caminho potencialmente favorável a esta ruptura paradigmática que está se construindo no Brasil ao longo da sua história. Neste sentido, concordamos com Conti e Silva (2010) quando afirmam que:

Dentre esses mecanismos, ênfase seja dada à atuação dos conselhos municipais de educação (CME) e do conselho escolar, que se afirmam de alto a baixo na estrutura educacional, desempenhando papel cada dia mais promissor. Entendemos esse cenário até aqui sugerido como um processo, no qual a única garantia que temos é que desejamos enterrar um passado de desprezo às maiorias desse país, oferecendo-lhes uma educação de qualidade, gratuita, laica e emancipadora, e com amplas possibilidades de participação nas decisões escolares. (CONTI, SILVA, 2010, p. 60).

É nesta perspectiva de que a “única garantia que temos é a de que desejamos enterrar um passado de desprezo às maiorias desse país” (IDEM, 2010), em que uma mentalidade de gestão antidemocrática foi estabelecida desde antes de 1964. Defendemos como promissor, o caminho histórico-social dos Conselhos Escolares que está sendo construído oficialmente no Brasil, especialmente nos últimos anos.

Considerações Finais

A importância da gestão democrática participativa do espaço público da Escola, através da Técnica dos Conselhos Escolares, mesmo não sendo a única estratégia viável para atingir este fim colimado, se constitui numa das mais ricas conquistas para a educação política das maiorias esquecidas historicamente pelo poder público brasileiro.

O legado dos brasileiros que lutaram por um país mais democrático, dentro do contexto histórico da ditadura civil-militar que dominou o poder público nacional entre 1964 até meados da década de 1980, precisa ser lembrado na memória da população do Brasil para que não esqueçamos que é

possível sim dar continuidade a esta herança sócio-histórica e seguir adiante construindo novas conquistas, aprofundando esta luta que ainda não se consolidou como uma superação paradigmática. A mentalidade, ainda hegemônica, de uma Gestão Antidemocrática do espaço público, deve ser superada definitivamente em nossa história. Espera-se que em breve, o que já se conquistou na legislação de nossa nação em torno da democracia participativa, se torne a práxis de todos que administram o espaço público. Sejam eles servidores públicos, da iniciativa privada ou qualquer cidadão brasileiro. Pois “é o tempo da travessia: e, se não ousarmos fazê-la, teremos ficado, para sempre, à margem de nós mesmos!”

Referências Bibliográficas

ANDRADE, João Maria Valença. *O conceito de cultura e a apreensão da historicidade na 4ª série*. Tese (Doutorado), UFRN, PPGEd, 1998. 352 P.

BRASIL. Ministério da Educação. *Programa nacional de fortalecimento dos conselhos escolares*. Conselhos escolares: uma estratégia de gestão democrática da educação pública. Elaboração: Genuíno Bordignon. Brasília-DF, 2004a.

_____. Ministério da Educação. Portaria Ministerial Nº 2.896, de 17 de setembro de 2004. o Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares. *Diário Oficial [da] Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 17 set. 2004b. Seção 2, p. 7-8.

CONTI, Celso; SILVA, Flávio Caetano da. Conselho escolar: alguns pressupostos teóricos. In: LUIZ, Maria Cecília (Org). *Conselho escolar: algumas concepções e propostas de ação*. São Paulo: Xamã, 2010. p. 59-70.

FERREIRA JR., Amarílio; BITTAR, Marisa. A ditadura militar e a proletarização dos professores. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 27, n. 97, dez. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302006000400005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 04 abr. 2009.

FONSECA, Selva Guimarães. *Caminhos da história ensinada*. São Paulo: Papirus, 1995. 169 P.

RAMALHO, Betânia Leite, NUÑEZ, Isauro Beltrán, GAUTHIER, Clermont. *Formar o professor - profissionalizar o ensino: perspectivas e desafios*. Porto Alegre: Sulina, 2003. 208 P.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. A modernização autoritária: do golpe militar à redemocratização 1964/1984. In: LINHARES, Maria Yedda (Org). *História geral do Brasil*. 9. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1990. p. 351-384.

